



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO** **ESTADO DO PARANÁ**

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO** **E** **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

### **PARECER CONJUNTO**

#### **OBJETO**

Projeto de Lei nº 16/07, interposto pelo Poder Executivo Municipal de Campo Largo, que altera dispositivos da Lei nº. 941/91, com redação dada pela Lei 1.828/05.

#### **RELATÓRIO**

Através desta proposição legislativa, o Poder Executivo pretende acrescentar no artigo 78, da Lei 941/91, vigente pela redação dada pela Lei 1.828/05, o parágrafo oitavo, pelo qual regulamenta o custeio de despesas de locomoção, alimentação e hospedagem dos agentes públicos em viagens internacionais.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

## ESTADO DO PARANÁ

---

Em princípio, cogita em ampliar em até 04 (quatro) vezes o valor praticado por dia de afastamento do Município, por exemplo, em relação do Prefeito Municipal, que está fixado atualmente em RS 390,00.

Sobre o tema, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através das Resoluções nºs 103770/06-TC e 19448/91-TC, já se posicionou no sentido de ser possível a realização de despesas desta natureza por servidores, sobre a forma de diárias ou de ressarcimentos pelo Erário Público.

### FUNDAMENTAÇÃO

A matéria pode ser examinada nesta Casa de Leis, por sua iniciativa ser de competência do Poder Executivo Municipal, de acordo com previsões contidas nos incisos IV e V, do art. 67, da Lei Orgânica do Município de Campo Largo e nos incisos IV e V, do art. 132, do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Deve-se destacar, também, que o titular do Poder Executivo Municipal alega urgência na apreciação desta matéria, face a necessidade de ser utilizado este mecanismo autorizatório de despesas, em caráter extraordinário, em viagem internacional a ser realizada a partir do dia 17 do corrente mês, como participe de comitiva a ser chefiada pelo Governador do Estado do Paraná, em missão oficial de interesse público, em especial, do Município de Campo Largo.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

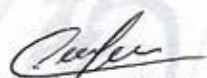
## ESTADO DO PARANÁ

Em situações como esta, viabiliza-se a inclusão deste Projeto de Lei em caráter de urgência na Ordem do Dia, desde que aprovada pelo plenário, para ser discutida e votada a matéria, sempre que alguma Comissão Permanente deste Legislativo tome a iniciativa de pleitear esta medida, com base no artigo 180 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

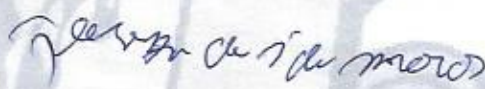
### VOTO

Pela constatação de inocorrência de vícios de origem para o conhecimento deste Projeto de Lei e por se revestir a questão de constitucionalidade, de legalidade e de técnica jurídica, os Membros da Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Campo Largo, em reunião conjunta, à unanimidade de votos, invocando o artigo 180 do Regimento Interno desta Casa de Leis, em caráter de urgência, pelos motivos relevantes alegados, a serem apreciados pelo plenário, decidem recomendar o conhecimento e a votação desta proposição nesta sessão legislativa, por ser de direito.


É o parecer!

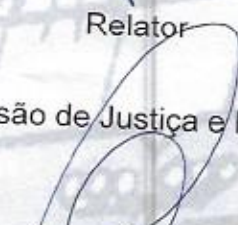
  
Carlos Ivan Norberto  
Presidente


  
Sergio Schmidt  
Relator

  
Tereza de Jesus de Moraes  
Membro

Comissão de Justiça e Redação

  
Luiz Carlos Cecato  
Presidente

  
Paulo Castagnoli  
Relator

  
Sergio Schmidt  
Membro